

Laicidade: o Estado como árbitro*

*Paulo Ferreira da Cunha***

Lorsque les lois d'un État ont cru devoir souffrir plusieurs religions, il faut qu'elles les obligent aussi à se tolérer entre elles. C'est un principe, que toute religion qui est réprimée, devient elle-même réprimante: car sitôt que, par quelque hasard, elle peut sortir de l'oppression, elle attaque la religion qui l'a réprimée, non pas comme une religion, mais comme une tyrannie. Il est donc utile que les lois exigent de ces diverses religions, non seulement qu'elles ne troublent pas l'État, mais aussi qu'elles ne se troublent pas entre elles. (Montesquieu. De L'Esprit des Lois, XXV, 9).

Resumo

É possível um diálogo entre as crenças e entre cada uma delas e o Estado. A chave para esse diálogo harmônico é a laicidade. Uma laicidade que, sem complexos e atavismos, com naturalidade, compreenda a importância social e cultural das organizações de crenças (religiões e outras), permitindo não só tolerância, mas convivência. Neste artigo exploram-se alguns caminhos desse complexo e acidentado diálogo.

Palavras chave: laicidade, Estado e igrejas, liberdade religiosa.

Secularism: the State as the arbitrator

Abstract

A dialogue between faiths and between themselves and the State is possible. The key to this harmonic dialogue is secularism (laïcité). A secularism that without complexes and atavisms

* Este artigo foi escrito em português europeu e não sofreu adaptação para o português brasileiro.

** Professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

naturally understands the social and cultural importance of (religious and other) belief organizations, allowing not only tolerance but coexistence. This article explores some of the ways for such complex and uneven dialogue.

Keywords: secularism (laïcité), State and churches, religious freedom.

Laicidad: El Estado como árbitro

Resumen

Es posible un diálogo entre las religiones y entre cada una de ellas y el Estado. La clave de este diálogo armónico es la laicidad. Una laicidad que, sin complejos y atavismos, entiende naturalmente la importancia social y cultural de las creencias y de las organizaciones religiosas; lo que permite no sólo la tolerancia, sino la convivencia. Este artículo explora algunos aspectos de este diálogo complejo y desigual.

Palabras clave: laicidad, Estado y iglesias, libertad religiosa

Deus e César. Teorias

As coisas de Deus e as coisas de César desde sempre necessitaram de “regulação” (e não de anarquia) no ambiente cultural da civilização a que se costuma chamar ocidental. Ao contrário do mundo muçulmano, por exemplo, em que o sincretismo político-religioso ainda hoje, de algum modo, persiste, alargando-se, em boa medida, até ao que no Ocidente é uma das especializações dentro do âmbito das coisas de César: o Direito. Ao ponto de se dizer, como G. Bousquet, ainda que eventualmente cum grano salis, que “o direito muçulmano não existe”.

Uma das teses mais sedutoras, e hoje já um tanto correntes nos meios intelectuais e académicos, é a de que o cristianismo, pelo menos na sua pureza, é favorável a uma separação entre poder e espiritualidade(s) (LAUAND, 2007). Em seu abono, citam-se várias passagens do Novo Testamento; desde logo a passagem do tributo a César (Mt 22.15-22; VILLELA, 2002), certamente a mais conhecida, ou ainda a querela entre dois irmãos, em que um pretende que Jesus arbitre uma partilha de herança. Este se nega, como é sabido, declarando a condição

que, em termos jurídicos, se diria de “incompetente”, ou seja, sem alçada (agora em termos não jurídicos) para em tal poder se envolver (Lc 12.14). Aliás, no seguimento deste diálogo, convida a que, em vez da ganância, se olhem os lírios do campo (ou as açucenas), que não trabalham nem fiam (Lc 12.27¹). A tese adversa contemporânea vai no sentido de enfatizar o papel e o legado de Constantino, e depois do agostinismo (ou gelasianismo) político², acabando por considerar essa separação platónica, não verificada na prática³. Ao ponto de, por exemplo, no limite, uma Igreja no pleno funcionamento da Inquisição, como apesar de tudo ocorreu em Portugal, ter nela um estado dentro do Estado, que qualitativamente passa a ser um totalitarismo (teocrático ou sob tal pretexto), como ainda há não muito parece sublinhar um estudo sobre as causas do atraso nacional, que, seguindo Antero de Quental (1994) e tantos outros, não deixa de focar precisamente o vetor inquisitorial nessa persistente situação – “inquisitorialismos” mesmo para além da Inquisição (PEREIRA MARQUES, 2010, p. 177 ss).

O Brasil foi mais feliz que Portugal nesse como noutros aspetos. Aí, apenas houve visitantes do “Santo Ofício”, que, se obviamente fizeram os seus estragos pontuais na liberdade religiosa (e outras), não deixaram, contudo, marcas na mentalidade do povo. No Brasil nunca se vê, nunca vimos nem temos notícia de haver aquela “austera, apagada e vil tristeza” de que falava Camões (CAMÕES, X, 145).

Não nos cumpre deslindar a intrincada querela, mas cremos de alguma importância começar por deixar registada ao menos esta amostra da pluralidade de opiniões num julgamento tão importante como este.

¹ E são dados outros exemplos.

² A este propósito, ver o nosso livro: *Filosofia política. Da Antiguidade ao século XXI* (FERREIRA DA CUNHA, 2010, p. 95 ss., especialmente p. 100 ss.).

³ Já Veyne (2007, 2010) tem uma teoria diferente sobre as relações entre Deus e César. Cf. ainda Rougier (1995).

Incompreensão política do fenómeno religioso

Feita a nota precedente, devemos agora proclamar a importância e o valor das religiões. O que terá tanto mais significado quanto for feito fora da perspectiva da crença (ou da descrença...), que sempre deve ficar entre parênteses em trabalhos científicos e em labores públicos.

O fenómeno religioso, digamo-lo desde logo apenas assim, porque (sublinhamos) queremos ficar neste texto pela ciência e pela imparcialidade (embora por isso mesmo logo concitemos a reprovação de olhos tintos daquelas fês que se não queiram compatibilizar com a razão e a sociedade e as suas lógicas), quer na perspectiva do pensamento, quer na da prática religiosa, é uma poderosíssima realidade humana e social – enraizadíssima, e que alguns considerarão até como uma constante antropológica, parte da natureza humana ou da humana condição⁴.

Em muitos casos, as criações providas do apelo religioso, mesmo se considerarmos apenas as mais diretas, contam-se entre as mais nobres das que o intelecto humano tem concebido no plano cultural. As religiões geram, não raro, além dos seus ritos (que podem ser riquíssimos em simbolismo, emoção e beleza), criações filosóficas ou parafilosóficas específicas, como as teologias, as filosofias morais, as obras jurídicas (como as regras da sua organização interna e de relação com o mundo jurídico e político exterior – e a respetiva doutrina, costume, jurisprudência), e ainda arte sacra (diversas artes, da talha às artes plásticas e à música...), ou inspirada religiosamente. Se pensarmos, por exemplo, na importância da religião e da cosmovisão religiosa na Idade Média europeia, poderemos certamente falar em civilização cristã para toda essa época.

Ainda que outro valor não tivessem, ao menos como património cultural não poderiam as religiões ser menosprezadas nem minimizadas pelos Estados. Um tal erro custaria muito caro

⁴ Sobre a discussão sobre a natureza e condição humanas, cf. o nosso livro *O ponto de Arquimedes* (FERREIRA DA CUNHA, 2001). Ver, ainda, Eliade (1992) e Durand (1969, 1989).

a qualquer sociedade e mais ainda – deve sublinhar-se – a uma sociedade que se queira republicana e, como tal, laica.

Basta atentar nos exemplos históricos para se ver que assim é. Os vaticínios soviéticos do perecimento da religião seguiram em grande medida as suas profecias sobre o definhamento do Estado: mas não se verificaram, de modo nenhum, nem para um nem para a outra. E, findas as perseguições e a contenção geral das manifestações religiosas mais públicas por parte do antigo estado soviético, como coisa natural que eram, voltaram as religiões a galope. Natural, pelo menos num dado estágio do desenvolvimento civilizacional: é o que objetivamente podemos dizer. Porque nada nos diz que os impulsos e aspirações ao transcendente não possam vir a ser organizados, no futuro, em formas de espiritualidade com características distintas. Mas isso pertence, evidentemente, ao domínio da possibilidade e, assim, da conjectura. E, evidentemente, da utopia... a qual, contudo, como se sabe, é sempre eventualmente realizável.

Querer apressar as fases da lei dos três estados (para utilizarmos um molde mental positivista) pode levar, assim, a regressões... – diria alguém mais dado a formular grandes princípios sobre a marcha da História. Tenhamos, porém, prudência nessas filosofias históricas, sempre mais ou menos contadas pro domo. Ainda quando advogue a decadência, o filósofo da História tem uma irreprimível tendência para tratar a marcha dos acontecimentos como um leito de Procusta: devendo eles caber, ainda que a tratos de polé, na sua teoria. Como dizia Amós Oz, “os factos são, por vezes, os maiores inimigos da verdade” (OZ, 2007, p. 43). E as teorias interpretativas também, a fortiori.

Voltemos ao relacionamento do trono e do altar.

A imperícia dos Estados muito eivados de ressentimento ou preconceito antirreligioso em lidar com o fenómeno da crença e da sua manifestação tem sido proverbial. A I República portuguesa, como é sabido, não fugiu a essa regra, e tem pago por isso um altíssimo preço no veredicto da História, sendo assim acusada do que fez, do que não chegaria a fazer, e do que ja-

mais teria feito⁵. Há já um mito da I República, ao qual alguma historiografia recente empresta cores negras, ao mesmo tempo em que branqueia o Estado Novo fascista...

A difícil laicidade

A questão de base é que dificilmente há Estados realmente laicos, plenamente laicos. Esse é o grande problema. O Estado realmente laico seria aquele que não fizesse nunca aceção de credos ou não credos, crentes e não crentes, e que encarasse o fenómeno religioso com neutralidade e independência, absoluta independência. Mas com plena naturalidade e sem quaisquer preconceitos. Sem querer misturar o trono com o altar, sem querer impor o altar ao trono, e... – esse o mais difícil item – sem calcar o altar aos pés do trono, do barrete frígio, do que for o símbolo do seu poder. E essa atitude, que é mais que meio termo, mas é já de superação do conflito, de colocação da questão noutra patamar, superior, essa atitude é muito difícil. Para ela se exigiria um espírito novo, de pessoas novas.

Como afirma o historiador António Reis, dando-se conta, certamente, do “excesso de zêlo” de alguns defensores do Estado laico ao longo da História:

Em rigor, pois, nem o Estado laico nem a moral laica se deveriam arvorar em agentes de combate às religiões, em nome de um ateísmo militante ou mesmo de um simples agnosticismo, com os quais não se devem confundir. O único combate legítimo do Estado laico deve sim ter por alvo a preservação da liberdade de consciência e de religião e as tentativas de ingerência de qualquer igreja ou confissão no governo da República. (REIS, 2002, p. 26).

Há, pois, no Estado laico, um conjunto de liberdades e direitos a preservar, e eles estão do lado de vários “interesses” potencialmente, ao menos, conflitantes: liberdade de crentes e

⁵ Para uma visão mais equilibrada e documentada do problema, ver SALGADO DE MATOS (2010, 2011).

não crentes de diversas crenças e não crenças, e liberdade do Estado ante todas as crenças e não crenças, sua independência e posição de garante dos direitos de todos.

A tentação de um Estado de timbre político conservador e tradicionalista, ou contrarrevolucionário, para, como coisa natural às suas tendências aristocráticas ou burguesas, procurar a colaboração, desde logo ideológica, do poder religioso, ainda que se dizendo laico (ou disso afim) nos seus princípios, é notória. Pequenas e menos pequenas mordomias se ocultam nas dobras dos mil poderes em que se explica o poder. A tentativa do presidente Nicolas Sarkozy de “redefinir” a laicidade, numa perspectiva não laicista, é um exemplo recente dessa atração magnética das direitas menos liberais (no velho sentido) por alguma aliança do cetro (ainda que “secularizado” como republicano) com o báculo (BAUBÉROT, 2008)... Essa redefinição de laicidade tem implícita uma redefinição da liberdade religiosa. Porque a liberdade laicista também se compreende neste âmbito.

Recordemos a tese, sempre comprovada, de Gama e Castro:

A Religião e o Governo são dois objetos tão intimamente ligados entre si, e tão dependentes um do outro, que não é possível tocar-se na natureza e caráter da primeira sem que, por via de regra, se altere a natureza e caráter do segundo. (CASTRO, 1945, p. 205).

De modo simétrico, tem de reconhecer-se que Estados republicanos, mais ou menos revolucionários (por vezes bem pouco revolucionários até; e não precisam de ser de ateísmo oficial e militante, como os comunistas), por muito que queiram separar as coisas de César das coisas de Deus (Mt 22.21; Mc 12.17; Lc 22.25), tendem a assimilar precisamente os vigários da fé aos próceres da coroa, e a associar a lição religiosa a um ópio do povo.

Além disso, os não crentes não raro almejavam, ainda que secretamente e quiçá nem sempre de forma consciente para si próprios, um mundo como o descrito como utópico em *Imagine*, de John Lennon (numa sua interpretação “literal”):

Imagine there's no heaven
It's easy if you try
No hell below us
Above us only sky
Imagine all the people
Living for today...

Imagine there's no country
It isn't hard to do
Nothing to kill or die for
And no religion too
Imagine all the people
Living life in peace...

You may say I'm a dreamer
But I'm not the only one
I hope someday you'll join us
And the world will be as one.

Imagine no possessions
I wonder if you can
No need for greed or hunger
A brotherhood of man
Imagine all the people
Sharing all the world...

You may say I'm a dreamer
But I'm not the only one
I hope someday you'll join us
And the world will live as one.

Nesta canção, ressalta a solidariedade de causa (não necessária logicamente, mas muito comum sociológica e psicologicamente) entre o ateísmo, o internacionalismo e o pacifismo (e a abolição de fronteiras, guerras, etc.), a comunhão dos bens, etc. Não admira, assim, que grupos ou personalidades religiosas mais tradicionalistas ou intolerantes tendam a considerar que se trata mesmo de obra satânica ou, no mínimo, de um modernis-

mo altíssimamente condenável. Até, precisamente, porque toca em pontos cruciais de uma crença que é ideologicamente una, nas mais das vezes: propriedade, pátrias, religião... e na letra da canção todos estes fatores são invocados ao mesmo tempo.

Contudo, como tudo, ou quase tudo, pode ser lido de outro ângulo, o *Imagine* foi também cantado por Gianni Morandi, no show *Jesus Live Superstar*, quando do Congresso Eucarístico de Bolonha, já em 1997, que foi presidido pelo próprio papa João Paulo II⁶.

A Igreja Católica Apostólica Romana, frequentemente dita “especialista em humanidade”, foi-se aproximando da democracia, dos direitos do Homem, e até do rock... O atual papa Francisco tem tido até um pontificado em grande medida desconcertante no plano da etiqueta (rompendo o protocolo), ao mesmo tempo em que reafirma com veemência uma coerente, mas renovada doutrina social da Igreja que dificilmente se não qualificaria de antineoliberal⁷. Mas há adeptos do credo católico⁸ mais antiquados, que consideram isso modernismos desvirtu-

⁶ Para mais desenvolvimentos sobre esta canção, veja Lauand (2002).

⁷ Veja, por exemplo, Ferreira da Cunha (2014b, p. 25-36; 2014a, p. 289-296).

⁸ Há um problema socioteológico não simples a analisar noutra oportunidade, e que confunde em grande medida as análises. É a questão da fé semanal e da fé dominal, para adotarmos a terminologia de Aldous Huxley. Alguém pode dizer-se católico e pregar, por exemplo, o exterminio dos judeus, por terem sido “assassinos de Cristo”, ou alguém pode dizer-se muçulmano e considerar que não é grave beber cerveja, desde que aquecida, para evaporar o álcool, etc. Quando um alegado e confesso adepto de um credo ao mesmo tempo o contraria com convicções expressas (até mais que com atos, que sempre podem ser faltas) fora da respetiva ortodoxia, ainda é mesmo membro da respetiva comunidade de crentes? Ou só o ortodoxamente crente nos dogmas, ou tradições do grupo respetivo? É que se exigirmos esta ortodoxia e não apenas a adesão verbal e pelo geral (é muito eloquente a expressão “católico não praticante”, mas não se refere à doutrina, o que aqui está em causa é algo como crente não crente em tudo...), as cifras de crentes baixarão certamente muito. Sobretudo nos casos de religiões que se colocaram dogmaticamente contra a moral (desde logo a moral sexual) corrente no Ocidente contemporâneo. E, contudo, parece que outro conceito se eleva: o de pertença a um grupo por nascimento ou ambiente, e eventualmente cultura. Assim, poderia, sem prática, sem culto, sem crença até em dogmas (no limite sendo-se ateu, e não é uma questão hipotética) ser-se desta ou daquela religião, “culturalmente”, não ao nível da crença, da vivência moral e do ritual.

adores e não deixam de reivindicar uma pretensa identidade imutável, naturalmente pré-democrática, pré-direitos humanos, e, obviamente, também pré-rock-and-roll. E que quiçá podem pactuar com alguns aspetos de um conservadorismo pretensamente “liberal”.

Ora é frequentemente essa solidariedade de causas que leva a não poucos preconceitos de parte a parte entre quem acredita e quem não acredita em transcendentais, ou seja: entre pessoas religiosas e não religiosas. Há uma cor local, um ar de família nos pensamentos. Embora nem sempre ocorra, para muita incompreensão dos heterodoxos de todas as famílias políticas, religiosas, e afins... Esses que, partilhando alguns valores ou crenças de um grupo, não partilham outros.

Bem o colocou o poliólogo José Adelino Maltez (no seu blog Pela Santa Liberdade) para o fenómeno político, e na sua perspectiva de velho liberal (não neoliberal):

- Um liberal pode ser a favor da justiça social e da justiça distributiva.
- A direita pode ser a favor da regionalização.
- A direita pode ser europeísta.
- A direita pode não ser confessional. E ainda, sob a significativa epígrafe “A ortodoxa heterodoxia”, afirma:

Pode haver gente de direita que prefira Leonardo Coimbra ao Cardeal Cerejeira, Fernando Pessoa a Monsenhor Moreira das Neves e Agostinho da Silva a São José Maria Escrivá.⁹ Mas os heterodoxos são poucos e marginais (e marginalizados, no mínimo) por definição. Há, pois, em muitos governos de direita, e mesmo alguns de centro, uma grande dificuldade em ser-se laicista, quer por deriva de conúbio ideológico com Igrejas normalmente conservadoras e até teocráticas, quase sempre legitimadoras do poder – qualquer que ele seja (e isso é cómodo a todo o poder, a menos que seja avesso a tais “ajudas”).

⁹ A este propósito, ver Ferreira da Cunha (2007, p. 334 ss.).

Há, por outro lado, em governos de esquerda e/ou “republicanos” (que os há de centro e de direita também...) uma dificuldade de ser laicista (apesar, neste último caso, da proclamação do princípio), mas pela razão contrária: como que haveria um complexo laicista, levando por vezes a exageros de humilhação e até perseguição de membros do clero. E aí o que deveria ser apenas laicismo se trai num exagero que é o chamado anticlericalismo. Contudo, esta expressão (como aliás muitas, nestas matérias) tem sido usada quer como sinónimo de simples laicismo ou secularismo, do lado republicano, e, do lado religioso, também se admite um laicismo dito “bom”, que significaria mais participação de não eclesásticos (padres e monges) na Igreja. Mas que obviamente nada retira de seu poder social geral, mas contribui, sem dúvida, para a confusão semântica, a qual é princípio de corrupção dos Estados, no dizer já do sábio Confúcio (apud LEYS, 2009, p. 66).

Diálogo impossível?

Avulta um mal-entendido permanente sobre a religião e o seu papel na sociedade. Argumentando certas denominações, conforme os lugares, com a tradição e os créditos das suas boas obras, como se isso lhe desse direito à confiscação (ou aprisionamento) para a eternidade das almas dos cidadãos. Porque de há muito assim foi e porque temos feito bem, devemos ter lugar privilegiado no contexto social, na partilha do bolo dos impostos, e na educação, desde logo. Claro que não se diz isso assim, mas é disso que se trata, antes de mais.

Do outro lado, um escassíssimo e algo quixotesco núcleo de laicistas mais radicais não apenas desmascara a falácia daquela argumentação, mas junta-lhe argumentos frouxos, porque formais, sobre a constitucionalidade das mordomias de que usufrui “ainda” a referida Igreja, lembrando, com alguma frequência, os seus malefícios de obscurantismo astronómico, citando Galileu, e de eugenismo avant-la-lettre, invocando os autos de fé da Santa Inquisição.

Seria bom que houvesse um diálogo de cartas não marcadas. Mas é (pelo menos no médio prazo; e no longo prazo,

oxalá se consiga, posto que já estaremos todos mortos) impossível, porque muitas igrejas representam, mais que religiões (religações ao sagrado, ao transcendente, ao divino...), estruturas de poder – que lutam pela sua afirmação social, pelas suas isenções fiscais, pelos seus subsídios, pela sua grandeza, prestígio, influência nos mais diversos setores, como, desde logo, o controlo da saúde, da vida e da morte e da educação: na verdade, o que mais importa. E muito do que se faz, importa sublinhá-lo, é feito com a melhor das intenções. As tais de que, segundo velho provérbio, está o inferno cheio.

A irredutibilidade de alguns anticlericais é, sem dúvida, um obstáculo psicológico. Mas a perseverança da luta da eclesiástica pelo poder temporal (apesar de todos os livros e filmes de Sandálias do pescador (WEST, 1963, 1968), e da atividade de alguns prelados) é uma questão de sobrevivência. Seria preciso uma enorme metanoia espiritual para que pudesse haver uma harmonização entre os contendores. Com mais sensibilidade espiritual de uns e de outros – por paradoxal que pareça. Do lado católico, há alguma fé, mesmo de descrentes, no papel renovador do atual Papa.

Mas, na radicalidade das coisas, se não se derem passos mais ousados, como vai o positivista ou cientista reconhecer alguma valia numa instituição que, apesar dos seus protestos em contrário, parece sobretudo guiar-se pelo poder, pela pompa, e pelo oiro, e que teve já líderes, historicamente, tão pouco virtuosos? Sem dúvida não o comoverão os missionários. Mais o chocarão os Bórgias, os padres pedófilos e o oiro do Vaticano. Assim como, em geral, as guerras religiosas fazem os horrores das almas pacifistas. E elas continuam a torturar o Mundo.

Existe, realmente, um choque latente de ortodoxias¹⁰, que felizmente é, de parte a parte, por vezes evitado, com delicadeza, com um olhar para o lado, mas que, nos momentos decisivos, com uma faúlha que salta, rompe o verniz e se põe a nu.

E, contudo, há autores insuspeitos que ainda creem que na Igreja Católica subsiste o legado de Cristo a Pedro, e que a missa

¹⁰ Permitimo-nos retomar, *mutatis mutandis*, o título (GEORGE, 2008a, 2008b).

é ainda algo de misterioso, místico, espiritual, e não um conjunto de fórmulas sem sentido, repetidas por funcionários ociosos e bocejantes. Quem somos nós para, nesta atitude assética que aqui adotamos, o confirmar ou negar?!

Mas, como é evidente, Igreja é muito mais que a eucaristia. E para a preservar quase se poderia dizer não ser necessária qualquer instituição. E mesmo num ambiente de enquadramento institucional, como afirma uma personagem da grande contista brasileira Natércia Campos, “o poder de Deus não carece só da Igreja, ele é de todos” (CAMPOS, 2002, p. 31). E sempre avulta o problema intrínseco das instituições e da luta pelo poder, pelos bens etc.

O Estado como árbitro

Não fugimos à nossa circunstância e à nossa História. Recordamos sempre mais ou menos a linha da política histórica do nosso contexto: e o Estado português sempre foi regalista, mesmo com o ditador Oliveira Salazar. E sempre foi, portanto, apesar de toda a amizade (ao menos de fachada) com o clero, o Estado a arbitrar e a decidir em última instância. Hoje não por via de uma razão de Estado, mas porque os seus órgãos democráticos têm a legitimidade do Povo, no seu todo, independentemente da crença, que é apenas um aspeto da vida (para alguns crentes o mais importante, naturalmente, mas muitas vezes apenas assim considerado em teoria, mesmo por esses). Contudo, nesta arbitragem deve o Estado agir com prudência e respeito por uma realidade cultural e socialmente relevante. E fazê-lo até para evitar reações fanáticas e vitimizações que importariam em fundamentalismos perigosíssimos. E não se pense que o fundamentalismo é privativo do Islão. Sobre outros fundamentalismos (protestante, católico, neo-liberal e científico-técnico, e político), e em termos que em nada de essencial diferirão das linhas gerais do pensamento dos equilibrados laicistas, pode ver-se, antes de mais, a obra de Leonardo Boff, que sublinha:

Todos os fundamentalismos, não obstante seus vários matizes, possuem as mesmas constantes. Trata-se sempre de um sistema fechado, feito de claro e de escuro, inimigo de toda diferenciação e cego em face da lógica do arco-íris, onde a pluralidade das cores convive com a unidade do mesmo arco-íris. No fundamentalismo, cada verdade se encontra indissolivelmente concatenada a outra. Questionada uma, desaba todo o edifício. Daí a intolerância e a lógica linear. Daí a sua força de atração para espíritos sedentos de orientações claras e de contornos precisos. Para o fundamentalista militante a morte é doce, pois transporta o mártir imediatamente ao seio materno de ‘Deus’ enquanto a vida é vivida como cumprimento de uma missão divina: converter ou exterminar os infiéis. (BOFF, 2002, p. 47).

Porém, o Estado não deve ser árbitro e neutral apenas pelo valor da ordem, da paz social, e por qualquer “maquiavelismo”. Deve fazê-lo sinceramente e com a consciência de que não hostilizar a religião é seu dever, e é correto fazê-lo numa perspectiva republicana e laica, plenamente coerentes.

O espírito de laicidade é até perfeitamente compatível com uma prática espiritual, e até religiosa bem entendida. Não compete, de modo nenhum, ao Estado, ser paladino da extinção dos credos religiosos. Isso contrariaria a sua necessária neutralidade. O que não pode é, pelo contrário, pretender-se neutral e, mais ou menos por debaixo da mesa, privilegiar tudo o que são iniciativas e instituições religiosas, e especificamente de uma ou outra religião, não raro com prejuízo das próprias instituições congêneres do Estado e, sem dúvida, de outros “concorrentes” do que não deixa de ser, ainda “sociedade civil” – pois no estado realmente laico as religiões não são mais que entidades civis.

E não se diga que pouca diferença haverá entre estrangular a religião e deixá-la à míngua, condenada ao estertor da fome e da sede. As boas fés movem montanhas, e nem só de pão devem viver. Porque, se só de pão viverem, já não serão mais espirituais. Seria um grande serviço que o Estado lhes prestaria

incentivá-las, com a sua neutralidade, a viverem do que têm de específico, designadamente a espiritualidade¹¹.

E sendo alimentadas pelas virtudes teológicas, pela fé, pela esperança e pela caridade, veriam os pães multiplicar-se (Mt 15.32-38), sem precisarem de óbolos impostos a todos, saídos do bolso de crentes e não crentes, e redistribuídos pelo ainda por cima caluniado Estado dito “laico”.

Protoconclusão

Imensos são os problemas apenas esboçados e muitos mais os nem sequer aflorados que se colocam em torno da temática da laicidade¹². A discussão é complexa, acalorada, apaixonada até, porque, na verdade, nas conversas entre a República e os credos não é apenas ela e eles que estão em diálogo. É, em muito boa medida, um diálogo antigo que se renova, com outras vestes, mas, infelizmente, nem sempre com uma atitude diferente. São as lutas entre as castas na Índia, são as guerras entre o papado e o império. Somos guelfos ou gibelinos, por vezes até sem o sabermos, nestas querelas atuais.

A República precisa de não ser apenas o “representante”, hoje, do império ou da casta dos guerreiros contra o papado e a casta dos sacerdotes. Ela precisa de ter uma serenidade e uma autoridade morais que lhe permitam, compreendendo melhor o fenómeno religioso, nem o hostilizar (e muito menos gratuitamente), negando-se a si própria como defensora dos

¹¹ Interessante distinção operatória é a de estabelecem Koenig, McCullogh e Larson (apud INCONTRI, 2010, p. 21): “Religião é um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos, (a) destinados a facilitar a proximidade com o sagrado ou transcendente (Deus, poder superior ou suprema verdade/realidade) e (b) promover entendimento das relações e da responsabilidade por outros que vivem numa mesma comunidade. Espiritualidade é uma busca pessoal para alcançar respostas para questões essenciais sobre a vida, sobre seu sentido e sobre as relações com o sagrado e com o transcendente, que pode ou não levar a ou surgir do desenvolvimento de rituais religiosos e da formação de uma comunidade”.

¹² Sobre Estado laico e laicidade há multidão de estudos. Veja: Fishmann (2009), Lafer (2007, p. 12), Melo (2007), Cândia (2005). Cf. ainda, nos diálogos e margens do problema: Gauchet (1985), Hick (2005), Périssé (2007), Rorty (2010), Baubérot (2012) e Ogien (2013).

direitos fundamentais e humanos, nem se lhe submeter, como poder segundo, delegado, à espera do conforto (agora social e psicológico) da aquiescência sacerdotal.

Do lado religioso, espera-se que uma nova mentalidade venha a triunfar duradouramente, uma mentalidade que compreenda o mundo moderno e contemporâneo, e que, sem descaracterizar o religioso em redes de agências internacionais de caridade (porque as obras sociais não são o especificamente religioso¹³), recupere a espiritualidade que lhe é timbre diferenciador, deixando as coisas de César para o Estado¹⁴. Sem dúvida não deixando de participar na coisa pública, mas não como grupo de pressão movido por uma solidariedade confusa e amalgamada, antes na defesa dos valores que os seus crentes realmente partilham e

¹³ A questão é naturalmente complexa. Provocatoriamente, Fradique Mendes diria: “na religião o que há de real, essencial, necessário é o Cerimonial e a Liturgia – e o que há de artificial, de suplementar, de dispensável, de transitório é a Teologia e a Moral” (QUEIROZ, p. 83-84). Pessoalmente, e depois de termos ouvido uma conferência de Moisés Espírito Santo sobre estas questões, inclinamo-nos para que, pelo menos no cristianismo, o mais importante, pelo contrário, seria, não diríamos propriamente a Teologia ou toda a Teologia, mas o que ela revelar de religião, o que ela possa refletir de ponte com o ganz Andere.

¹⁴ Jean Lauand defende que o laicismo é típico do Evangelho: “Os próprios juristas referem-se à *Âlgebra* como *hisab al-fara'id*, o cálculo da herança, segundo a lei corânica. E aí temos já um primeiro condicionamento histórico-cultural, próprio do Islam, no qual o caso da herança é emblemático. Trata-se da sólida união que se dá no Islam entre a ordem religiosa e a temporal. Por coincidência, o mesmo problema da herança (para o muçulmano, sob a legislação direta de Allah) é proposto a Cristo. Cristo, que declara – algo impensável na visão muçulmana – ‘A César o que é de César; a Deus o que é de Deus’, recusa-se a estabelecer concretamente os termos da herança. Trata-se de um episódio evangélico aparentemente intrascendente: ‘um da multidão’ aproxima-se de Cristo e faz um pedido: que Jesus use Sua autoridade para convencer seu irmão a repartir com ele a herança (Lc 12.13). Para surpresa daquele homem (e contrariando a mentalidade antiga e a oriental, que uniam o poder religioso a questões temporais...), Cristo recusa-se terminantemente a intervir nessa questão: “Homem, quem me estabeleceu juiz ou árbitro de vossa partilha?” (Lc 12. 14). O máximo a que Cristo chega é a uma condenação genérica da cobiça, contando a esses irmãos a parábola do homem rico cujos campos haviam produzido abundante fruto e com o célebre convite à contemplação dos lírios: ‘Olhai os lírios do campo...’” (LAUAND, 2007, p. 89). Já Veyne (2007, p. 246-248) tem uma teoria diferente sobre as relações entre Deus e César... (Cf. ainda ROUGIER, 1995).

praticam. E não prescindido da sua doutrina social, quando a tenha. Mas como doutrina de uma entidade do espírito, não de um grupo político entre outros. Não é fácil, no mundo hodierno tão confuso e mediatizado, mas dá toda uma outra auctoritas à cátedra eclesiástica, sem ferir a laicidade.

Talvez seja esperar muito, demasiado, de parte a parte. Mas não pode deixar de ter-se altos ideais. Para quizílias mesquinhas basta o vasto rol da petite histoire da diplomacia tortuosa e em grande medida secreta das relações entre o Estado e a Igreja. A laicidade não é incompatível com a espiritualidade. E deve um dia poder olhar para as crenças organizadas com respeito profundo, com a certeza de que nelas tem sérias, e leais aliadas na comum tarefa de aprofundar os horizontes do Homem. Que nelas reside uma autoridade não do século, mas que deriva de uma procura interior que eleva o Homem e o afasta das disputas mundanas. E que o suplemento de alma das religiões organizadas, sem tentações de poder, se atualiza e se materializa em atividades de solidariedade em tudo semelhantes ao ideal fraterno que à República anima.

Do mesmo modo, as organizações religiosas devem poder ter a legítima esperança de que as forças e os poderes republicanos as não vejam sistematicamente com desconfiança e com desdém de quem nelas reconhece apenas avatares do medo, do ódio, do obscurantismo e da menoridade.

Só com muitos esforços mútuos de aproximação será possível um dia esse diálogo aberto e sem preconceitos. Ele já começou, mas está a ter altos e baixos, encontrando-nos nós em tempos de esperança, no quadrante cristão... Outros melhores virão, se por isso fizermos, uns e outros. E em especial os que, sendo republicanos, não recusam a dimensão do transcendente, do espiritual, até do religioso. E os que, sendo pessoas de fé, não a fazem necessariamente aliada dos poderes mundanos mais retrógrados, pelo contrário estão do lado do progresso, e, desde logo, da República.

Há um longo mas fascinante caminho a percorrer, não para erradicar a crença ou para acabar com a República. Mas para que se construa uma República em que a crença possa plenamente ter

foros de cidade, ou seja, em que não mais seja questão: porque livre, a par da liberdade de descrever e de duvidar.

São afinal ideias muito simples, muito elementares, mas que o preconceito por vezes não deixa virem à tona do pensamento e à flor da pele do coração.

Só haverá verdadeira fraternidade quando a palavra laicidade (ou laicismo: não multipliquemos os entes sem necessidade – por exemplo, opor uma pretensamente boa, ou aceitável “laicidade” a um perverso “laicismo” pode ser uma forma de clericalismo) for um anacronismo arqueológico, e a sua mensagem for naturalmente vivida por todos, em plena harmonia, sem polémicas, sem reservas mentais – em fraterna paz.

Referências

- BAUBÉROT, J. **La laïcité expliquée à M. Sarkozy**. Paris: Albin Michel, 2008.
- BAUBÉROT, J. **La laïcité falsifiée**. Paris: La Découverte, 2012.
- BOFF, L. **Fundamentalismo**. A globalização e o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 47.
- CAMÕES, L. de. **Os lusíadas**, X, 145.
- CAMPOS, N. **Illuminuras**. 3. ed. Fortaleza: Premius, 2002. p. 31.
- CÂNCIO, F. Estado laico, mas pouco. **Diário de Notícias**, 5 de Outubro de 2005.
- CASTRO, G. E. **O novo príncipe ou o espírito dos governos monárquicos**. Lisboa: Pro Domo, 1945. p. 205.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Tradução de Helder Godinho. Lisboa: Presença, 1989.
- DURAND, G. **Les structures anthropologiques de l'imaginaire**. Introduction à l'archétypologie générale. Paris: Bordas, 1969.
- ELIADE, M. **Tratado de história das religiões**. Porto: Asa, 1992.
- FERREIRA DA CUNHA, P. A Evangelii Gaudium no contexto da doutrina social da Igreja. Uma leitura juspolítica. **Humanística e Teologia**, v. 35, p. 289-296, 2014a.
- FERREIRA DA CUNHA, P. Da doutrina social do Papa Francisco na exortação apostólica Evangelii Gaudium. **International Studies on Law and Education**, v. 18, p. 25-36, 2014b.

FERREIRA DA CUNHA, P. **Filosofia política**. Da Antiguidade ao século XXI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2010. p. 95 ss.

FERREIRA DA CUNHA, P. **O ponto de Arquimedes**. Coimbra: Almedina, 2001.

FERREIRA DA CUNHA, P. **Repensar a política**. Ciência e ideologia. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2007. p. 334 ss.

FISHMANN, R. **Estado laico**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009.

GAUCHET, M. **Le désenchantement du monde**. Paris: Gallimard, 1985.

GEORGE, R. P. **Choque de ortodoxias**: direito, religião e moral em crise. Tradução de Isaías Hipólito. Coimbra: Tenacitas, 2008a.

GEORGE, R. P. **The clash of orthodoxies**: Law, religion and morality in crisis. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2008b.

HICK, J. **Uma teologia cristã das religiões**: o arco-íris da fé. Tradução e adaptação de Luís Henrique Dreher. São Paulo: Attar /UFRJ, 2005.

INCONTRI, D. Educação, saúde e espiritualidade: um diálogo mediado pelos clássicos. **Notandum**, São Paulo/Porto, ano 13, n. 22, p. 21, jan.-abr. 2010.

KOENIG, H.; McCULLOUGH, M. E.; LARSON, D. B. **Handbook of religion and health**. New York: Oxford University Press, 2001. p. 18.

LAFER, C. Estado laico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 de maio de 2007, p. 12.

LAUAND, J. Ciência e Weltanschauung. A álgebra como ciência árabe. In: LAUAND, J. (Org.). **Filosofia, linguagem, arte e educação**. São Paulo: ESDC/Cemoroc – EDF – Feusop/Factash, 2007.

LAUAND, J. Imagine ou... Remember? Religião não é brinquedo, não! **Hottopos**, 2002. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/geral/imagine.htm>>. Acesso em:

LEYS, S. De 51 à Aujourd'hui. Confucius les voies de la sagesse. **Le Magazine Littéraire**, n. 491, p. 66, nov. 2009. (Dossiê coordenado por Minh Tran Huy).

MELO, M. O estado laico e a defesa dos direitos fundamentais: democracia, liberdade de crença e consciência e o direito à vida, In: DIAS DA SILVA, R. B. (Coord.). **Direito constitucional**. Temas atuais. São Paulo: Método, 2007. p. 143 ss.

OGIEN, R. **La guerre aux pauvres commence à l'école**: Sur la morale laïque. Paris: Grasset, 2013.

OZ, A. **Uma história de amor e trevas**. Tradução de Luísa Liba Mucznik. Porto: Asa, 2007. p. 43.

PEREIRA MARQUES, F. **Sobre as causas do atraso nacional**. Lisboa: Coisas de Ler, 2010. p. 177 ss.

PÉRISSE, G. O fanatismo religioso é um ateísmo. **Correio da Cidadania**, Edição 566. 4 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=809&Itemid=79.

QUEIROZ, E. de. **A correspondência de Fradique Mendes**. p. 83-84 .1 E-book.

QUENTAL, A. de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 6. ed. Lisboa: Ulmeiro, 1994.

REIS, A. Os valores republicanos ontem e hoje. In: REIS, A. (Org.). **A república ontem e hoje**. Lisboa: Colibri, 2002. p. 26. (II Curso Livre de História Contemporânea).

RORTY, R. **Uma ética laica**. Tradução de Mirella Traversin Martino. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROUGIER, L. **O conflito entre cristianismo primitivo e a civilização antiga**. Tradução de Manuela Barreto. Lisboa: Vega, 1995.

SALGADO DE MATOS, L. **A separação do Estado da Igreja**. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo. Lisboa: Dom Quixote, 2011.

SALGADO DE MATOS, L. **Tudo o que sempre quis saber sobre a Primeira República em 37 mil palavras**. Lisboa: ICS, 2010.

THE SHOES of the fisherman. Direção: Michael Anderson. Produção: George Englund. Roteiro: John Patrick e James Kennaway. Intérpretes: Laurence Olivier, Anthony Quinn, Oskar Werner, David Janssen, Vittorio De Sica, Leo McKern, John North. Música: Alex North. Distribuição: MGM. 1968. 1 filme (162 min.)

VEYNE, P. **Quand notre monde est devenu chrétien**. Paris: Albin Michel, 2007.

VEYNE, P. **Quando o nosso mundo se tornou cristão**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 312-394.

VILLELA, J. B. A César o que é de César. **Hottopos**, 2002. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur14/villela.htm>>.

WEST, M. **The shoes of the fisherman**. London: Heinemann, 1963.

Recebido em 02/06/2014

Acceto em 30/06/2014